



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LUINNI STOLZE CAMPOS

**O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E A
INTERDISCIPLINARIDADE:
UMA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA SAÚDE.**

Salvador

2016

LUINNI STOLZE CAMPOS

**O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E A
INTERDISCIPLINARIDADE:
UMA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA SAÚDE.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Claudia C. Mendonça Semêdo

Salvador

2016

*Dedico esse estudo aos seres
de luz que me cercam.*

AGRADECIMENTOS

Esse é o momento de finalização de uma etapa e início de outra, repleta de possibilidades.

Muitas pessoas contribuíram para a minha chegada até aqui. Algumas com presença permanente em minha vida, outras com aparições pontuais, mas não menos importantes. Familiares, amigos, professoras/es, colegas e pessoas de aparições curtas e passageiras. A todas e todos que fizeram parte desse processo, deixo meu agradecimento, e desejo muita luz em suas vidas.

Agradeço especialmente a minha mãe, Márcia, por todo amor, carinho, dedicação e cuidado, ao decorrer de todas essas primaveras. Agradeço a minha avó Lúcia, ao Luiz, todas as minhas queridas tias e ao tio Luiz, amigas, amigos, e demais familiares, daqui e espalhados mundo afora, por cada um que, a sua maneira, contribuiu para/com a minha permanência ao decorrer desses anos do curso, me apoiando das mais especiais e variadas formas. Agradeço muito também ao Ciro, meu amor, por ter estado ao meu lado durante essa caminhada, cheia de alegrias e angústias.

Deixo agradecimentos especiais também a minha querida orientadora Prof.^a M.^a Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo, por toda paciência, compreensão e por sempre se preocupar com a essência, além da aparência. A Patricia Armede Guerreiro, por ter sido além de ótima supervisora, uma pessoa tão preocupada, querida e inspiradora. A todas as professoras e professores do curso que, para além das adversidades, se empenham em construir conhecimentos e passar ensinamentos de forma tão rica e comprometida.

CAMPOS, Luinni Stolze. O trabalho profissional do Serviço Social e a interdisciplinaridade: uma análise das perspectivas e desafios na saúde. 54 f. Monografia (graduação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo central problematizar a forma na qual se dá o trabalho do profissional de Serviço Social no âmbito da interdisciplinaridade. Para tal, serão considerados aspectos históricos e contemporâneos, utilizando, também, uma experiência em campo, desenvolvida em um hospital da rede pública, localizado na cidade de Salvador/Bahia. Tal experiência servirá tanto como ilustração da temática proposta, como fonte de elementos para as reflexões acerca do trabalho interdisciplinar do assistente social inserido em uma equipe multiprofissional. A construção da problematização pretendida será realizada com base em autores que abordam diferentes perspectivas e posicionamentos acerca da relação entre trabalho profissional e interdisciplinaridade, visando, desta forma, enriquecer o debate apresentando aspectos variados a serem considerados na análise da atuação interdisciplinar, como a totalidade do ser social, e a forma como a intervenção do assistente social se dá nas situações e realidades resultantes das manifestações e desdobramentos da questão social.

Palavras chaves: Interdisciplinaridade; Serviço Social; trabalho.

CAMPOS, Luinni Stolze. The professional work of Social Work and interdisciplinarity: an analysis of perspectives and challenges in health. 54 pp. Monograph (graduation) – Institute of psychology, Federal University of Bahia, Salvador, Brazil, 2016.

ABSTRACT

This Final Course Essay has the main purpose of referring to issues towards the social work professional within its own multidisciplinary. For such, it shall be considered historical and modern aspects of the subject at hand, also considering experience obtained in the field, developed in a public hospital, located in Salvador, in Bahia state. Such experience will not only illustrate such purpose, but will also be a source of reflexion around the interdisciplinary work of the social worker professional in a multiprofessional team situation. The development of the intended purpose will be made through different perspectives of multiple authors proficient on the subject about the professional work and interdisciplinarity, in order to provide a quality debate surrounding various aspects to be considered on the analysis of the interdisciplinary performance overall, considering the totality of the social being, the way an intervention of the social worker occurs upon the situations and conditions resultants of social matters development and manifestations.

Keywords: Interdisciplinarity; Social Work; work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A INTERDISCIPLINARIDADE: ENTRE O IDEAL E O REAL.....	17
2.1 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES ACERCA DO CONCEITO DA INTERDISCIPLINARIDADE.....	17
2.2 O CONTRAPONTO DA INTERDISCIPLINARIDADE: A PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL.....	22
2.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICULARIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO “PSEUDOCAMPO” INTERDISCIPLINAR – A INTERDISCIPLINARIDADE E O SERVIÇO SOCIAL.....	32
3 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ÁREA DE SAÚDE.....	39
3.1 NEM A INTERDISCIPLINARIDADE, NEM A TOTALIDADE DO SER SOCIAL NO ESPAÇO OCUPACIONAL: QUAIS AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL?.....	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIA	52

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca do trabalho interdisciplinar do Serviço Social na saúde ainda se mostra um campo que possui muito a ser investigado. A interdisciplinaridade não é um elemento novo no mundo do trabalho, como será buscado apresentar, mas há certa divergência entre os estudiosos do tema a respeito da sua constituição e funcionalidade.

E, apesar de a interdisciplinaridade estar presente no cotidiano dos assistentes sociais, a produção bibliográfica que aborde, especificamente, esse tema ainda se mostra escassa no que se refere a autores voltados a um debate crítico acerca da interdisciplinaridade na prática profissional do serviço social no campo da saúde. E justamente pelo ainda baixo número de produções voltadas para esta particularidade na área de trabalho interdisciplinar que se torna importante esta proposta de reflexão pois, para que este campo seja cada vez mais ampliado, é necessário que o tema seja discutido e refletido. Nessa perspectiva, visa-se contribuir para que toda essa dinâmica aqui apresenta resulte em mais um elemento de construção e compartilhamento de conhecimento e de experiências, tanto acadêmicas quanto profissionais, considerando que ambas são imprescindíveis para reforçar a compreensão da importância da articulação entre teoria e prática.

Desta forma, a hipótese aqui proposta, baseia-se no fato constatado a partir das observações em campo, de que o trabalho multiprofissional ocorre com falha de comunicação entre profissionais, e possíveis “atropelamentos” das ações desenvolvidas para/com os usuários. A interdisciplinaridade, quando ocorre, é de forma rasa, em um nível bastante primário. A posição ocupada pelo Serviço Social no processo da divisão social do trabalho não permite o desenvolvimento de uma ação profissional de forma plena e efetiva, devido a, dentre outros fatores, as relações de poder existentes no âmbito institucional.

O objeto dessa pesquisa, no qual as problematizações propostas estão fundamentadas, é a realidade do trabalho interdisciplinar do serviço social em uma equipe multiprofissional de um hospital da rede pública, localizado na cidade de Salvador, Bahia.

Sendo assim, o objetivo geral proposto nessa pesquisa é compreender os meios nos quais se desenvolve o trabalho interdisciplinar do serviço social em equipe multiprofissional em um hospital público localizado na cidade de Salvador - Bahia. A partir deste objetivo norteador, será buscado compreender o processo de trabalho da profissão em uma instituição de saúde; identificar e ilustrar como se desenvolve o trabalho do assistente social em uma equipe multiprofissional no atendimento em uma enfermaria; identificar como as formas de organização do trabalho influenciaram no trabalho interdisciplinar entre o serviço social e a equipe de saúde, e buscar identificar se e em qual nível se desenvolve o trabalho interdisciplinar nesse contexto.

Para a construção deste trabalho de conclusão de curso, no que se refere a metodologia, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, de autores que tratam do trabalho, do trabalho profissional do serviço social, da interdisciplinaridade e da relação entre ambos.

O que motivou a reflexão proposta neste trabalho de conclusão de curso, ilustrada a partir da realidade desta instituição de saúde, foi a vivência e observação cotidiana da dinâmica e situações nas quais o trabalho profissional não só da supervisora de campo, mas das outras profissionais, e das estagiárias, estão inseridas. Não será buscado aqui analisar o trabalho do Serviço Social dessa instituição, muito menos designar valorações ao trabalho realizado tanto pelos assistentes sociais quanto pelas demais profissões envolvidas, mas sim, utilizar este conhecimento construído a partir da atuação como estagiária para base da discussão proposta acerca da interdisciplinaridade e sua relação com o cotidiano profissional dos assistentes sociais, utilizando o que foi aprendido, apreendido e observado em campo como uma parte prática, de forma a complementar as bases teóricas aqui fundamentadas e desenvolvidas.

O Serviço Social desse hospital desenvolve uma gama de atividades na sua rotina profissional. As assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional tanto nas enfermarias que acompanham, quanto nos plantões no próprio setor. As demandas são inúmeras e, em contraponto a isto, o número de assistentes sociais não é tão farto, gerando sobrecarga na equipe que necessita dar respostas, como encaminhamentos, por exemplo, as questões postas.

A enfermaria na qual o estágio foi desenvolvido na maior parte do tempo, possui uma alta rotatividade dos pacientes, recebendo diariamente pessoas com variadas condições de saúde, bem como um leque bastante diversificado de demandas para além do motivo direto do internamento, tanto dos usuários internados, quanto dos acompanhantes e/ou familiares. Até o momento de finalização do estágio, a equipe de atendimento da enfermaria era multiprofissional, possuindo uma profissional de serviço social, uma de psicologia, e uma de terapia ocupacional fixas, além dos médicos (tutores e residentes), enfermeiros e técnicos. Em períodos determinados pelo programa de Residência Multiprofissional, permaneciam, por um intervalo de tempo, residentes de fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, dentre outros, além de estagiários destas variadas áreas da saúde. Apesar de a enfermaria não possuir demais especialidades que também são demandadas, quando solicitadas, estes profissionais eram convocados ao atendimento.

As reflexões e análises realizadas sobre a atuação das assistentes sociais desse hospital público serão feitas a partir de uma visão crítica, baseada nos princípios apontados por Yamamoto e Guerra, bem como pelos Códigos e Leis que regem a profissão, tratados no tópico anterior.

Um aspecto importante a ser salientado é a posição privilegiada, no sentido de observar criticamente, que o status de estagiária propõe, pois, desta forma, a liberdade de questionar, debater, levantar questões, acaba por ser mais ampla, justamente por não estar inserida na posição de trabalhadora assalariada nas relações de poder, nesta situação específica, que a prática profissional possui intrinsecamente. Entretanto, o foco aqui não é o processo de estágio e seus aspectos em si, mas o debate crítico com base na visão da discente nesta posição de observante, no campo de estágio. Já sobre as relações de poder presentes nas relações de trabalho, será buscado refleti-las também, já que na discussão sobre a prática profissional interdisciplinar, é imprescindível tratar da forma como este elemento impacta nas condições de trabalho do assistente social e dos demais profissionais em geral.

Como estagiária, as atribuições consistiam em realizar as atividades de competência do Serviço Social, como o acolhimento inicial do acompanhante e/ou responsável, ou do próprio paciente, no momento inicial do processo de internamento, quando também buscava-se realizar uma observação e conversa inicial para verificar a existência de demandas sociais previamente; orientações diversas no setor e na enfermaria; aplicações de entrevistas sociais; acompanhamento dos pacientes e familiares/ responsáveis/ acompanhantes, antes e após a entrevista social, e registro por meio da evolução social; discussões dos casos acompanhados com a supervisora e o corpo do Serviço Social em geral; observações de atendimento; participação em seminários, palestras e cursos promovidos pelas assistentes sociais e residentes; dentre outras atividades, sempre com o acompanhamento da profissional supervisora de campo, que buscava se manter presente o máximo possível ao decorrer do processo de supervisão, incluindo constantes discussões, debates de dúvidas e o que mais surgisse.

E foi a partir das experiências tratadas nestas discussões, das inquietações geradas, e das reflexões sobre tais assuntos feitos em sala de aula, que a atenção foi voltada para o chamado trabalho interdisciplinar, e seu desenvolvimento em meio as práticas da equipe multiprofissional na enfermaria, e, antes disso, ao questionamento referente à materialização dessa interdisciplinaridade, como proposto pelos conceitos apresentados no capítulo 2 deste do presente estudo.

Como já foi citado, o número de assistentes sociais na instituição é inferior ao ideal, acarretando na sobrecarga de trabalho às atuantes, incluindo residentes. E essa sobrecarga acaba por se apresentar como um dos obstáculos postos para a atuação profissional, dentre outros aspectos, principalmente na realização da intervenção de forma continuada. Outro elemento que se soma a esta conjuntura é a alta rotatividade inerente à dinâmica desta enfermaria. Esta rapidez do fluxo de entradas e saídas de pacientes acarreta, por vezes, interrupções de determinada ação profissional, principalmente quando a alta médica ou transferência de ala ou instituição é proferida sem que a assistente social que realiza algum acompanhamento seja consultada ou informada previamente. E este é um ponto a ser refletido. Apesar de a equipe ser multiprofissional, neste contexto, no momento em que a liberação médica do paciente é realizada sem que haja a comunicação

prévia com os demais profissionais que acompanham este paciente, os pressupostos da interdisciplinaridade, nos aspectos apresentados inicialmente, são rompidos.

É algo de conhecimento comum o fato do modelo de cuidado das instituições de saúde brasileiras serem voltadas para o fisiológico, deixando os fatores mais subjetivos em segundo ou terceiro plano e, apesar desta perspectiva vir mudando lentamente, esta concepção é ainda muito forte.

No cotidiano do campo de estágio, foi possível observar diversos momentos em que a condição biológica era sobreposta, no sentido de importância, à condição social, mesmo ambas impactando claramente, de formas diferentes, porém interligadas, no processo de adoecimento deste indivíduo. Todavia, é preciso ressaltar aqui que as perspectivas e reflexões tratadas neste tópico não buscam encontrar alguma falha que veio a ocorrer em algum momento, muito menos analisar este ou aquele profissional pelas dificuldades apresentadas, mas sim, refletir que essas falhas são consequências da forma como os processos de trabalho e do cuidar são estruturados dentro do sistema de saúde brasileiro, na dinâmica do sistema capitalista, considerando os aspectos culturais, sociais, econômicos e históricos que o compõe.

Como já foi relatado, a enfermaria, onde se deram os dois últimos semestres de estágio, é um local de alta rotatividade, sendo relativamente comum a iniciação de algum processo de intervenção por parte da assistente social responsável e, ao momento de finalizar, ou dar algum retorno, por exemplo, o paciente já haver sido liberado ou transferido. Por outro lado, também foi explicado que essa rotatividade é característica inerente à dinâmica do setor. Então, sendo um profissional, como lidar com isto? As saídas encontradas, neste contexto, foram estratégias utilizadas pela assistente social e supervisora responsável, buscando dar orientações e encaminhamentos em tempo mais breve possível – atentando e mantendo a escuta ativa e os princípios éticos da profissão – para que o usuário não saísse prejudicado ou negligenciado, além de buscar praticar a criação e fortalecimento de laços comunicativos com os demais membros da equipe multiprofissional, levando sempre as expressões da questão social que julgava serem prioritárias, emergenciais e/ou

que interferiam na saúde do usuário, de modo geral, para o conhecimento coletivo dos profissionais que acompanhavam o paciente. Até o fim do estágio, este exercício era constante. E esta tentativa de prática interdisciplinar estava sendo fortalecida, mesmo que ainda subordinada em muitos momentos às relações sociais de poder.

Também eram constantes os momentos que ilustraram esta falta de interdisciplinaridade. Com o objetivo de ilustrar o debate, em relação à realidade da enfermaria, serão relatadas três situações que ocorreram nessa enfermaria, documentadas em diário de campo da estagiária, servido posteriormente como instrumento de consulta, que demonstraram ser relevantes para a discussão em relação ao trabalho profissional do Serviço Social e seu status, bem como de sua posição nas relações de poder constituídas na instituição, sem citar nomes ou características que permitam o reconhecimento, dos profissionais envolvidos, por motivo de ética.

Nesse sentido, foram construídos memorandos, a partir da análise dos diários de campo no qual se constatou que uma das fontes de informação contida nesse instrumento apresentava um importante conteúdo narrativo, evidenciando-se assim, como um elemento fundamental para esta pesquisa e para a construção do debate proposto, que será discorrido no presente trabalho.

A primeira situação aconteceu no primeiro semestre nessa ala. Foi relatado pela assistente social da que um médico residente a chamou para informar que um paciente necessitava da marcação de um exame externo e perguntou se o serviço social que realizada tal tarefa. A assistente social informou que não, e sugeriu o médico buscar a secretária da enfermaria ou se no hospital não havia um setor responsável por isso. O médico solicitou à secretária, que afirmou não de sua atribuição e confirmou ser competência do serviço social. A assistente social foi até ela e explicou que o serviço social não realiza este tipo de atividade. Entraram então em contato com o setor da regulação para conferir se havia a possibilidade de eles realizarem, e a responsável negou que o setor pudesse realizar. A situação permaneceu sem solução, durante esse processo, sem que fosse encontrado um setor responsável para isto. No fim, a assistente social orientou a família, que interferiu marcando o exame, além de ir à ouvidoria.

A segunda foi referente a quando a assistente social atendeu um paciente que estava internado a algo em torno de 15 dias a espera de um exame, sendo então orientada, juntamente a família, acerca de seus direitos, como o de buscar o Ministério Público com um relatório médico em busca de uma intervenção para acessar tal direito. A família, talvez por ansiedade e um certo desconhecimento, se encaminhou ao Ministério Público sem o documento, tendo que retornar ao hospital para providenciá-lo. Ao requerer à médica residente responsável e explicar o motivo do relatório, esta procurou a assistente social na enfermaria para questionar o motivo dela ter orientado a família e o paciente a procurar o Ministério Público sem consultá-la antes, informando também que o exame não era um procedimento que requeria urgência para que estivesse havendo tal movimentação. Em outra oportunidade, a profissional de serviço social explicou que dar orientação em relação às opções como aquela são suas atribuições profissionais e que não devem passar pelo filtro de nenhum outro profissional para serem feitas. Para exemplificar, ela utilizou uma situação hipotética inversa, explicando que um profissional de medicina não precisa pedir permissão a/o assistente social para realizar uma prescrição médica, e desta forma, o contrário também não deve acontecer. Explicou que o ponto central não estava no fato do exame ser ou não emergencial, mas sim, no direito do paciente buscar na justiça, por vias legais, a sua realização, e obrigação do assistente social orientar isto.

A terceira situação relatada pela profissional de serviço social, que realizou atendimento a um paciente que estava necessitando de uma substância para varizes esofágicas. Em contato com o representante de venda dessa substância, foi buscada a possibilidade de doação do material, e esta possibilidade foi aceita e acordada que seria realizada a doação para o hospital, especificamente para este paciente. A assistente social informou que não poderia tratar com ele sobre a compra por não poder responder pelo setor responsável, então repassou a ligação para o médico responsável pela enfermaria. Este e o representante acordaram a doação, sendo reafirmado que a decisão de compra não é da equipe de saúde. Posteriormente, uma funcionária do almoxarifado ligou para a assistente social questionando se ela combinou algo referente à compra de tal produto, relatando que o representante contatou o setor sobre a doação e citou acordos de compra com a

equipe de saúde. A assistente social negou e informou que penas acordou a doação, retornando nesse momento o contato com este representante. Este disse que não exigia compra alguma, que se o hospital comprasse seria bom, mas que não colocou como empecilho para a doação. Por fim, a assistente social relatou que tal acontecimento a fez refletir sobre atribuições que, apesar de não serem referentes ao serviço social, acabam recaindo sobre os profissionais, e muitas vezes, executadas por necessidades diversas.

Algo em comum em todos os relatos, traz a reflexão acerca do conhecimento do trabalho profissional do Serviço Social diante da equipe multiprofissional bem como a visão e compreensão da própria população usuária do sistema público de saúde, e dos profissionais que trabalham cotidianamente com assistentes sociais. A imagem construída historicamente, carregada de valores conservadores, que acabam por gerar o desconhecimento das competências relativas ao Serviço Social. E esta realidade de desinformação também é um fator impacta no desenvolvimento ou não de uma abordagem interdisciplinar, na perspectiva abordada ao decorrer desta obra. Outro fator que influencia neste contexto, evidenciado pelos relatos, é a forma como se dão as relações de poder dentro do âmbito profissional, e a forma como tais relações impactam nas condições de trabalho do/a assistente social, sobrecarregando-o/a, atribuindo-lhe atividades que não são de atribuição da profissão e contribuindo para a precarização do trabalho dessa classe, entre outros fatores, e no atendimento ao usuário por parte de toda a equipe multiprofissional.

Esta monografia está dividida em dois capítulos centrais, que são subdivididos em subcapítulos, que desenvolvem os debates separadamente, de forma cada proposta tratada em um, complementando o outro. Por fim, são apresentadas as considerações finais, onde é realizada uma análise geral entre o que foi proposto e o alcançado.

No capítulo “A interdisciplinaridade: entre o ideal e o real” será desenvolvido, primeiramente, uma explanação acerca dos conceitos propostos por diferentes autores do como se dá a constituição da interdisciplinaridade, fazendo também um breve apanhado histórico sobre a sua participação na construção de conhecimento e em diferentes contextos do mundo do trabalho. Em seguida, será buscado realizar uma discussão, com base no autor Ivo Tonet (2013), abordando uma visão

contraposta ao que está posto no primeiro subcapítulo, em relação a efetividade da interdisciplinaridade. Por conseguinte, será realizada, de forma breve, algumas considerações a respeito das características particulares do serviço social no vir-a-ser que é o campo interdisciplinar.

No capítulo “O Serviço Social e sua inserção em equipe multiprofissional na área de saúde” será trazido, logo de início, no primeiro item, experiências observadas em campo, durante a realização do estágio supervisionado, como forma de ilustrar e trazer mais elementos do cotidiano profissional para o debate. Em seguida, de forma a finalizar a discussão aqui proposta, mas não encerrar as reflexões que o próprio tema gera, buscar-se-á pensar, entre a interdisciplinaridade e a visão de totalidade do ser social no campo ocupacional, quais as perspectivas possíveis a prática profissional do Serviço Social.

2. A INTERDISCIPLINARIDADE: ENTRE O IDEAL E O REAL

Neste capítulo, será buscado apresentar algumas faces do conceito e da origem da discussão sobre a interdisciplinaridade, bem como os aspectos referentes à relevância de tal debate para o trabalho profissional do Serviço Social, de forma que possibilite a reflexão sobre a desse significado (da interdisciplinaridade) para a dimensão da intervenção do trabalho profissional. Tais temas, serão discutidos a seguir objetivando construir reflexões que irão desde os aspectos conceituais, àqueles que integram ou condicionam o trabalho profissional. Para tanto, buscar-se-á desenvolver os principais aspectos dos desafios para a operacionalização desse conceito.

2.1. A SUPERFICIALIDADE DO CONCEITO: DETERMINAÇÕES DA SOCIEDADE MODERNA

O termo interdisciplinaridade não possui apenas um conceito fixo, absoluto. Para explicar o sentido aqui tratado, faz-se necessário recorrer brevemente à origem da sua construção histórica, bem como compreender também a noção de disciplina.

A palavra interdisciplinaridade por si só informa, sem aprofundamento prévio no conceito, ser um termo composto. Sua etimologia, sob uma perspectiva superficial, indica ligação entre disciplinas. (YARED, 2008).

Em relação ao conceito de disciplina, Morin (2003) explica que esta forma de agrupamento do conhecimento por disciplinas não é algo recente, mas que já era reconhecido desde o século XIX. O autor pontua, então, que:

A organização disciplinar foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das universidades modernas; desenvolveu-se, depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isto significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento, etc; essa história está inscrita na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade [...]. (MORIN, 2003, p. 105).

Retornando para a interdisciplinaridade, de acordo com Monica Aiub (2006), em seu artigo “Interdisciplinaridade: da origem à atualidade”:

Somente na segunda metade do século XX a fragmentação do conhecimento é vista como um entrave e, como alternativa a ela, surge a interdisciplinaridade. Contudo, muitas são as dificuldades de uma abordagem interdisciplinar que exige, além da transferência de métodos de uma disciplina para outra, mudança nos hábitos de alunos, professores, pesquisadores e profissionais. Além disso, são exigidas também modificações no hábito social. (AIUB, 2006, p. 107).

A autora explica que no século XX, levando em consideração os impactos das duas grandes guerras, passa a surgir novas teorias no âmbito científico, como por exemplo, a Física Quântica que contrapõem o que até então era posto pela Lógica Clássica. E é nesse contexto que surge a transdisciplinaridade, que será conceituado mais a frente, objetivando responder as questões originadas pelas novas visões de mundo e de ciência, trazendo consigo novas possibilidades de realidade. Nessa conjuntura, Aiub (2006) parte da perspectiva do conhecimento na concepção de construção, sendo sua característica mais relevante a plasticidade, ou flexibilidade.

As experiências do conhecimento interdisciplinar podem ser verificadas desde o período medieval. Foram nos centros urbanos medievais que verificaram-se as primeiras instituições com estrutura diferenciada, revelaram o ensino através do *trivium* – ciência da palavra - (gramática, retórica e lógica) e do *quadrivium* – ciência das coisas - (geometria, aritmética, música e astronomia) como formação das artes liberais que seguiam à formatação de currículo enquanto estudos gerais – *studium generale* -, desenvolvendo uma estrutura curricular que “dava continuidade a uma tradição iniciada na Academia de Platão”, constituindo-se como o nível superior de ensino a partir da complementaridade pelos cursos de Direito, Teologia e Medicina (ALMEIDA FILHO; SANTOS *apud* FERREIRA 2014, p: 21-22).

Nessa mesma linha de pensamento, Fazenda (2008) ressalta a vinculação entre a utilização do termo e a propagação da pesquisa científica, trazendo que, apesar de o conceito de interdisciplinaridade ter sua construção iniciada a partir do século XVII, sua institucionalização ocorreu apenas no século XX, no período em que, no âmbito científico, passa a ser difundida diversas vias de leituras e interpretações da natureza, bem como das relações socioculturais.

Em relação à etimologia da palavra interdisciplinaridade, Aiub (2006) divide a palavra em três termos que a compõem: “[...] **inter** – que significa ação recíproca, [...] **disciplinar** – termo que diz respeito à disciplina, do latim *discere* – aprender, discipulus – aquele que aprende. [...] O termo **dade** corresponde à qualidade,

estado ou resultado da ação.” (Idem: p. 107-108, grifos da autora). Sendo assim, interdisciplinaridade remete a uma ação mútua entre disciplinas ou lógicas previamente ordenada a fim de propiciar um estado, determinada qualidade ou um resultado de determinada ação.

Pombo (2003) traz a reflexão de que discutir sobre interdisciplinaridade é uma tarefa complexa. Apesar de o termo ser utilizado constantemente em diversas áreas, definir o que é interdisciplinaridade não é uma tarefa simples. A autora classifica alguns contextos da utilização do termo. De acordo com ela, a princípio, a palavra passou a ser utilizada no âmbito da análise científica, e no que ela chama de “[...] novos modelos de comunicação entre pares.” (Idem: p. 1). Outro espaço de recorrência na utilização é no campo do ensino, tanto na escola secundária quanto na universidade. E este seria, então, o contexto pedagógico, relacionado às práticas e construções do ensino, da estrutura escolar/universitária e na transmissão de conhecimentos de docentes para discentes, dentro do currículo previsto.

Sobre o contexto midiático, a autora afirma que o termo é utilizado com uma alta frequência pelos meios de comunicação atuais, classificando esse uso como feroz, excessivo e esdrúxulo, no sentido de, quando jornais de rádio e televisão, por exemplo, definem um tema a ser comentado, põem-se várias pessoas de diferentes pontos de vista para comentarem o acontecimento. Todas em um mesmo espaço – digital ou presencial – ao mesmo tempo, na intenção de, ao colocar opiniões diversas a serem confrontadas, tornar aquele debate interdisciplinar. Entretanto, vale observar que essa prática de utilização recorrente e sem muito embasamento do termo pela rede midiática expressa, como uma consequência, o sucateamento a ampla riqueza teórica do conceito.

Em seguida, Pombo (2003) traz o contexto empresarial e tecnológico. Ressalta que nesse contexto, o uso da palavra interdisciplinaridade tem crescido em grande ritmo. Em relação à gestão de empresas, ela exemplifica com a ocorrência de algo que é utilizado como mecanismo de resolução de problemas ou desenvolvimento de atividades de forma ágil, dentro da gestão ou deliberações a partir de conhecimentos múltiplos, sendo caracterizado por interdisciplinaridade. Em relação à produção tecnológica, em especial a avançada, há a tendência cada vez maior de formar

grupos tidos como interdisciplinares, no processo de criação, desenvolvimento e elaboração do produto trabalhado.

Pombo (2003) ressalta ainda que essa multiplicidade de sentidos superficiais expressa a amplitude da definição de interdisciplinaridade que paradoxalmente acaba se tornando vaga. A autora explica que o termo abrange um leque diversificado de experiências e realidades, mas que, ao mesmo tempo, essa amplitude se mostra como uma grande dificuldade na construção de um conceito delimitado.

Para explicar brevemente sobre os termos multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade auxiliar e transdisciplinaridade, Vasconcelos (*apud* ELY, 2003) para classificar da seguinte forma:

- multidisciplinaridade: o trabalho acontece de forma isolada, geralmente com troca e cooperação mínima entre as disciplinas;
- pluridisciplinaridade: as disciplinas se agrupam de forma justaposta, com cooperação, porém cada profissional decide isoladamente;
- interdisciplinaridade auxiliar: uma disciplina predomina sobre as demais, coordenando-as;
- interdisciplinaridade: as relações profissionais e de poder tendem à horizontalidade, as estratégias de ação são comuns e estabelece-se uma troca recíproca de conhecimento entre as diferentes disciplinas;
- transdisciplinaridade: a coordenação é realizada por todas as disciplinas e interdisciplinas, propondo a criação de um campo com autonomia teórica, disciplinar e operativa (VASCONCELOS *apud* ELY, 2003, p. 114).

Compreende-se, então, que o processo da interdisciplinaridade gira (ou deveria girar) de forma organizada e solidária, possibilitando que os diversos conhecimentos que trabalham em conjunto sejam considerados, com o que Ely (2003, p. 114) chama de “intersubjetividade e de copropriedade” fundamentado por uma postura aberta ao diálogo, na medida em que as profissões, ou campos de conhecimentos, trabalhem de forma articulada, mantenham o respeito bilateral à autonomia e a singularidade intrínsecas a cada uma, visando evitar que nenhum destes aspectos sejam induzidos ou controlados por alguma das demais partes, muito menos que sejam privados ou eliminados desta dinâmica. Nesse sentido, não há uma propriedade desse conhecimento, pois o mesmo seria correlacionado, construído por um todo coletivo e múltiplo, de forma que o resultado do

conhecimento interagido não possui o mesmo significado e sentido daquele saber singular, ou individual.

Em relação à divisão das disciplinas, Santos (2005) pontua que, uma profissão demarca seus princípios e espaços sócio-ocupacionais uma vez que delimita suas características e particularidades, diferenciando-se das outras, a partir dos seus fundamentos teóricos e atribuições no campo do exercício profissional. A autora ressalta também que, em relação às sociedades capitalistas, o processo de profissionalizar o conhecimento é estruturado de forma hierárquica, produzindo e incentivando, desta forma, a competitividade dos trabalhadores tanto dentro do mesmo campo, quanto em espaços de diferentes áreas.

Mas então, qual o conceito que define o termo interdisciplinaridade? Com base nas leituras dos autores citados acima, é possível compreender que não há uma definição absoluta desta palavra. Não é possível definir a interdisciplinaridade de forma fechada, principalmente levando em consideração que a própria palavra é composta por outras três. Então, se há certa variação em sua definição, frente à realidade social, qual a sua funcionalidade?

Ely (2003) ressalta a importância acerca da possibilidade de considerar que o papel da interdisciplinaridade não é de invalidar o aporte fornecido por cada profissão ou área de conhecimento em específico, mas promover o diálogo produtivo, ativo, eficiente, no processo de socialização dos saberes e fundamentos teóricos particulares de cada área, buscando assim, combinar elementos diversos que proporcionem a articulação e aplicação dos conhecimentos.

Em relação à conceituação e utilização da interdisciplinaridade, Minayo (1991) ainda discute que esta acaba por ser uma ponte entre saberes, promovendo a interseção entre o exato e o filosófico, entre o conhecimento amplo e o focalizado:

A interdisciplinaridade (ainda que como proposta) procura estabelecer conexões e correspondência entre as disciplinas científicas. Ela se coloca hoje como uma alternativa na busca de equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora, “entre a especialização e o saber geral, entre o saber especializado do cientista e o saber do filósofo.” (SIEBENEICHLER *apud* MINAYO, 1991, p. 72).

Diante dessas reflexões que permitem o uso da interdisciplinaridade como uma interação de conhecimentos, de formas variadas (multi, inter, trans, pluridisciplinaridade), nas quais o sujeito é capaz de unir, ou reunir, ou sobrepor diversos saberes para dar conta de uma realidade social, parece haver um caminho contrário: do saber construído para a realidade em si que despreza a contribuição acerca da totalidade do ser social a partir da perspectiva ontológica. Sobre tal perspectiva crítica, será iniciada a reflexão a seguir.

2.2 O CONTRAPONTO DA INTERDISCIPLINARIDADE: A PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL.

Em contrapartida à visão acerca da relevância da interdisciplinaridade, nos aspectos tratadas no tópico anterior, onde a prática interdisciplinar se mostra como a saída mais positiva no que se refere à (apresentada como) prejudicial fragmentação do conhecimento — a qual objetiva-se superar —, será buscado nesta etapa, tecer uma crítica a tais argumentos, tendo por base ideias defendidas pelo autor Ivo Tonet (2013), que seguem esta linha reflexiva.

Tonet (2013) inicia sua crítica às propostas da utilização da interdisciplinaridade, e suas variações, como meio de ultrapassar a fragmentação tanto do conhecimento quanto da formação profissional, colocando que “[...] apesar do seu caráter atraente e dos seus aparentes resultados, é uma solução equivocada para um problema mal equacionado.” (Idem: p. 726). Em outras palavras, a interdisciplinaridade seria uma resposta errônea para um obstáculo mal estruturado, logo, uma solução ineficaz.

Esse autor concorda que, atualmente, a concepção de que o saber está fragmentado em um nível consideravelmente alto e que essa divisão resulta no estudo e trato individual dos diversos aspectos que compõem a sociedade, não permitindo a construção de uma concepção do todo, está universalizada. Isso impactaria, também, na elevação do nível de especializações, que contribuiriam, assim, ainda mais para esta visão focalizada do indivíduo, sendo mais uma barreira

para a concepção integral do objeto de estudo e atuação. O autor aponta que “A causa mais comum dessa fragmentação é atribuída à crescente complexificação da realidade social e à conseqüente ampliação do território do conhecimento.” (Idem: p. 726). Ele explica que, principalmente na modernidade, a grande extensão alcançada pelo campo do conhecimento é algo extremamente evidente, sendo possível observar que tal processo passou a ocorrer de forma acelerada a partir do Renascimento. Ele resgata que, no período da Antiguidade, eram aceitos, pela sociedade vigente, indivíduos que ele caracteriza como enciclopédicos, ou seja, pessoas que detinham uma gama ampla de saberes, das mais variadas disciplinas ou áreas.

Entretanto, com a revolução industrial e a difusão do capitalismo através dos continentes, disseminaram-se também novas formas de domínio do conhecimento, processo decorrente da própria divisão sociotécnica do trabalho. Esse processo teve por conseqüência, dentre outras coisas, a ampliação da especialização, utilizada como meio de apreender profundamente determinado campo de conhecimento, resultando então, de acordo com os defensores da interdisciplinaridade, a divisão e isolamento cada vez mais arraigado dos campos de saberes.

Considerando, sob essa perspectiva, que a interdisciplinaridade seria a saída para a superação desta fragmentação, ao momento que possibilita o compartilhamento de ideias e a visão sob várias perspectivas de um mesmo objeto, **Tonet (2013) aponta uma contradição neste aspecto, considerando o surgimento de novos campos científicos, com limites mais frouxos, que evidenciam o quão indefiníveis são as fronteiras das áreas de conhecimento. Nesse sentido, sendo tais fronteiras indefiníveis, haveria limites desse conhecimento científico? Seria, então, o conhecimento um construto proveniente do olhar da “totalidade”? Vejamos o que analisa o autor.** Com base o que foi dito até este ponto, é possível questionar o porquê de pensar na interdisciplinaridade como a melhor saída no enfrentamento da fragmentação aparenta ser a perspectiva ideal. Nesse sentido, o autor supramencionado explica:

Essa atração decorre, a nosso ver, do seu caráter de obviedade, do fato de se apoiar em aspectos empíricos verdadeiros e facilmente identificáveis, de se apresentar como a única via para superar a

fragmentação do saber e de apresentar resultados aparentemente positivos. (TONET, 2013, p. 728).

Em outras palavras, a evidente eficiência da interdisciplinaridade para enfrentar a fragmentação do conhecimento, sempre muito embasada empiricamente, vem demonstrando resultados em curto prazo. Sendo assim, de fato, a interdisciplinaridade cumpre o objetivo que caracteriza o seu propósito: numa sociedade da fragmentação, onde não se concebe um conhecimento por meio da totalidade, reunir conhecimentos plurais denota certa superficialidade, porém, põe o saber na pluralidade.

As ideias resgatadas por Tonet (2013) retomam a trajetória histórica da humanidade, e constata que, principalmente nas últimas décadas a ampliação das perspectivas de realidades sociais, bem como a complexificação das relações sociais que as estruturam, impactou de forma profunda e direta nas vias de construção de conhecimento, o que acarretou no nascimento da necessidade das especializações. Na atual sociedade, mais complexa do que da época de Aristóteles, por exemplo, tornou-se infactível uma pessoa apenas deter a totalidade do conhecimento nos âmbitos social, político, econômico, sociológicos, etc., já que, a partir da Revolução Industrial, o fluxo de informações, a evolução tecnológica, a ampliação e variação dos meios de informação e das mídias, bem como a complexificação das relações sociais, resultaram na necessidade de criação de novas profissões, e junto a isso, nasceram também novos problemas sociais que, devido a suas condições complexas, torna-se inviável a “criação” de soluções singulares. O autor aponta que, no decorrer do desenvolvimento deste movimento, construíram-se inúmeras disciplinas, que não se relacionam entre si, resultando em uma prática de pesquisa e ensino, logo, da formação baseada em um conjunto de disciplinas desconexas, não apresentando ao indivíduo uma visão universalista da realidade na qual está inserido. E ele complementa:

Diante disso, parece que, de fato, o trabalho interdisciplinar é um procedimento que tem resultados imediatos positivos. Pois, é certamente verdade que a soma de aspectos econômicos, sociológicos, filosóficos, históricos e outros, trará um conhecimento mais ampliado do que se esse tratamento se limitasse a apenas uma dessas áreas. Por outro lado, um conhecimento mais amplo permitira um tratamento menos isolado de cada problema, seja no âmbito profissional, seja na espera da ação social. (TONET, 2013, p. 728).

Ou seja, a interdisciplinaridade apresenta respostas rápidas e bem sucedidas, na medida em que “soma” as diversas perspectivas de conhecimento que compõem uma sociedade, e fornece uma visão ampla que, conseqüentemente, promove uma intervenção também ampla dos problemas postos (em questão). A partir disto, observa-se novamente, então, o caráter óbvio que a interdisciplinaridade possui, no que se refere à ser a melhor opção de trato do saber, quando se compara esta, com o fracionamento que constitui os preceitos da disciplinaridade, sendo a primeira opção como a provável superação da fragmentação, conforme comenta o autor.

Considerando o que foi tecido até este ponto em relação à interdisciplinaridade, Tonet (2013) pontua que sua crítica não se refere à pertinência ou a utilidade da interdisciplinaridade, mas sim a sua concretude.

A crítica aqui é construída não sobre o processo da interdisciplinaridade em si, mas ao “[...] mundo que produz e necessita dessa forma de produção de saber.” (Idem: p. 730), ou por outra forma, questiona-se não a efetividade e eficiência da interdisciplinaridade, mas a realidade (social, econômica, política, etc.) que molda e define esta forma de construção de conhecimento, e que a coloca em posição de indispensabilidade. O autor ressalta que, mais importante do que desenvolver um método que solucione o modo de saber disciplinar, é explicar, desde sua origem, como se constituiu esta fragmentação do saber, buscando sair da visão de naturalização da mesma, compreendendo que este processo de fracionamento do saber é algo que veio sendo construído historicamente.

Além de buscar os princípios históricos da composição desta disciplinaridade, Tonet (2013) destaca a importância equivalente em compreender, também desde o princípio, seu aspecto ontológico, devido à relevância de se procurar compreender as razões que originaram o processo de fragmentação dentro do aspecto da condição do ser social. Para a compreensão de tal concepção, parte-se dos estudos de Karl Marx para compreender a natureza do ser social cujo princípio fundante é o trabalho. É com base na relação entre o homem e a natureza, na constituição das relações sociais por meio do trabalho que se forma e desenvolve o ser social. Nessa concepção lukacsiana tomada pelo autor, o ser social é composto por um processo em movimento constante, não é um elemento estático na sociedade.

Tonet (2013) caracteriza o trabalho como a utilização da natureza pelo homem com o objetivo de desenvolver instrumentos que permitem ao homem construir, consumir e utilizar elementos fundamentais para continuar vivendo, logo, essa ação (trabalho) é a base das relações sociais. Entretanto, essa ação requer o diálogo com outros vários aspectos que resultam em várias conexões de troca entre si, pois o trabalho – ao ser exercido – não é desenvolvido de forma isolada, envolve articulações com outras áreas de relações sociais, como nos casos da “linguagem e educação”. É preciso considerar também que a sociedade desenvolvida fundamentada no trabalho, na medida em que se modifica e amplia, constrói novas demandas e aspectos sociais que as respondam. Tonet (2013, p. 731) diz que “[...] todas elas¹ têm uma dependência ontológica em relação ao trabalho. O ser social, assim, é, na feliz expressão de Lukács, um complexo de complexos, mas matizado pelo trabalho.”.

Pensar trabalho nessa perspectiva requer assimilar que esse é constituído por mudança. É caracterizado por movimento, adaptação, transformação. Considerando que o trabalho é o aspecto fundante do ser social, as complexificações no mundo do trabalho também complexificam a constituição do ser social e as relações sociais desenvolvidas nessa dinâmica.

Parafraseando Marx e Engels (1984, p. 37 *apud* Tonet, 2013, p. 731) destaca o pressuposto de que é a “[...] vida que determina a consciência” para esclarecer as determinações das condições reais e materiais de existência, e, portanto, do próprio conhecimento da realidade. E complementa, afirmando que as relações construídas entre os seres sociais com o objetivo de modificarem a natureza em busca de sobrevivência se constituem como base da estruturação da compreensão da realidade. Nesse sentido, o saber e o conhecimento se dá na realidade constituída pelas relações sociais que se desenvolvem na sociedade do trabalho capitalista.

Com base nas perspectivas postas em relação ao trabalho como ato fundante do ser social, é preciso considerar também que o caráter de complexificação também é um fator irremovível deste indivíduo. Tonet (2013) explica que desde as organizações sociais mais rudimentares até as modernas, a complexificação está sempre transpassada neste caminhar histórico, e ela vem acompanhada do

1 Neste caso, em “todas elas”, o autor se refere às relações sociais.

nascimento das especializações, considerando as novas demandas que vão surgindo no decorrer da diversificação e ampliação das relações sociais e do trabalho, gerando sempre novas demandas e conhecimento, sendo impossível um “indivíduo abarcar a totalidade do fazer e do saber sociais”.

O autor, portanto, chama a atenção para a importância de considerar a divisão social do trabalho, em meio a este processo, além de levar em conta os fortes e relevantes impactos causados pelo fator da propriedade privada nesse processo de complexificação do ser social e das relações sociais nas quais ele está inserido como ator. Esta é claramente uma realidade diferente da vivida pelos primeiros indivíduos do planeta terra, e pelos agrupamentos mais simples formados a partir deles. O “nascimento” da divisão social do trabalho e os impactos gerados a partir da propriedade privada, de acordo com Tonet (2013), geraram uma divisão profunda no trabalho, repartido em manual e intelectual. E este é um dos pontos reafirmados pelo autor: essa repartição não é uma ocorrência natural, mas sim derivada do curso historicamente construído do aspecto social. Ele complementa dizendo que “Saber e fazer são separados e essa separação é justificada teoricamente e contribui poderosamente para manter a exploração e a dominação de classes.” (Idem: p. 732).

Ivo Tonet (2013) reflete que essa divisão entre o trabalho manual e o intelectual possui características particulares na sociedade burguesa por meio das divisões dentro do processo de trabalho, tornando o trabalhador não um sujeito, mas “[...] uma mera peça na engrenagem de produção, impedindo-o de ter o conhecimento e o controle do processo produtivo.” (Idem: p. 732), ou, em outros termos, nesta dinâmica no processo de trabalho, a alienação particular do modo de produção capitalista gera essa reificação².

O conhecimento passa, nessa lógica, ao estado de posse do capital, e a ser utilizado como mecanismo de controle do trabalho. Outro ponto ressaltado pelo autor é o de que, a dinâmica da fetichização³ da mercadoria constrói uma aura de naturalidade nesse processo de fracionamento do trabalho e do conhecimento

² Ou “coisificação”. O termo, aqui considerado a partir da perspectiva marxista, é compreendido como um tipo de alienação específica do modo de produção capitalista, que compreende a caracterização das relações sociais em “coisas”, sendo resultado do processo de fetichização, quando as características das relações subjetivas dos indivíduos são substituídas pelas relações da troca de mercadoria. Para melhor compreensão, ver MARX, 2013, L.1, v. 1, cap. 1, seção D, p. 92 – 106. deste trabalhador.

dentro deste modo de produção capitalista, que a fragmentação passa a ser tida como um processo natural, próprio da realidade, bem como suas consequências nas relações sociais e nos demais âmbitos da vida das pessoas.

O momento de mudança do sistema feudal para o capitalista foi o período que também se desenvolveu a ciência moderna. No que se refere à construção de conhecimento, o fator central que moveu esta transformação foi a mudança da dinâmica do feudalismo (organizada, hierarquizada, com papéis e limites de conhecimento bem demarcados) para a frenética dinâmica do capitalismo (sem hierarquia definidas, novas formas de estruturação e de formação de grupos sociais, mudanças rápidas). O homem passou de apenas aquele que assiste, para aquele que atua, trazendo como ponto essencial dessa transição e característica dessa nova realidade a busca por compreender, dominar e modificar a natureza para responder suas demandas tanto de sobrevivência (na prática) quanto de conhecimento.

Dando segmento a esta recapitulação histórica, o autor retoma que:

Como se sabe, a sociedade burguesa é marcada, como nenhuma outra anterior, por uma intensa divisão social do trabalho, resultado da própria lógica de produção e reprodução do capital. Divisão esta que se acentuou extraordinariamente com a entrada em cena da revolução industrial. (TONET, 2013, p. 734).

Como já comentado acima, a revolução industrial teve papel fundamental na ampliação do capitalismo, e na complexificação da divisão social do trabalho. E a já citada impressão de que essa divisão social do trabalho seja um processo natural, mostra-se presente também no nascimento das ciências humanas, tendo em vista que cada uma se desenvolveu, de forma disciplinar e isolada, com base em demandas específicas de determinadas áreas, como por exemplo a economia, sociologia, etc.

Nessa perspectiva, o autor traz um ponto chave que elucida a discussão desenvolvida neste capítulo. Tonet (2013) destaca que a teoria da interdisciplinaridade não possui como princípio explicar e debater a origem da

³ Conceito também fundamentado a partir da concepção marxista, quando as relações entre os produtores, na sociedade capitalista, deixam de ser relações sócias entre indivíduos, mas relações de troca de mercadorias, transformando o caráter subjetivo dos indivíduos em objetivos. Para melhor entendimento, ver referência citada acima.

fragmentação, ela apenas assume a sua existência, reconhece seus impactos negativos e propõe sua superação. Observa-se que a proposta da teoria da interdisciplinaridade, apesar de em algum momento falar de influências do modo de produção capitalista neste processo de fragmentação do conhecimento, não aprofunda neste aspecto. Neste sentido, a discussão sobre a fragmentação e as propostas de solução da mesma, fixam-se estreitamente no campo da subjetividade, não considerando os fatores concretos, resultados do modo de produção capitalista, que levam esta fragmentação da construção do saber a ocorrer, reforçando assim, a ideia de que essa lógica é algo natural. Adota-se, então, que a interdisciplinaridade é uma questão somente epistemológica, encontra-se no campo apenas do conhecimento, e passa-se a ideia de que unicamente nesse âmbito que poderá ser solucionada, acompanhada de uma conduta pedagógica.

Tonet (2013) retoma o apanhado histórico, observando que a sociedade burguesa se estabeleceu inicialmente em meados do século XV, e permanece “operante” até os dias atuais, mas com outras configurações. Ele ressalta dois marcos durante a jornada deste grupo, seu início e crescimento progressivo (do século XV até metade do XIX), quando a burguesia se organiza como classe revolucionária, lutando contra a hegemonia dos nobres feudais, visando abrir novos caminhos no âmbito da sociabilidade e ações transformadoras para a sociedade como um todo, necessitando assim, de uma nova forma de compreensão da realidade social na qual estavam inseridos, pautada de forma mais estreita no aspecto empírico, e não apenas no conhecimento meramente teórico, subjetivo e especulativo. Essa necessidade de apreender um conhecimento mais factual em relação à compreensão dos aspectos da vida dos indivíduos, não apenas no âmbito social, acaba sendo o que o autor chama de “impulso positivo”. Tal propulsão pode não conseguir alcançar a origem da essência do ser social, entretanto as demandas geradas por esse movimento de classe impulsionam a produção de conhecimento em várias áreas.

Todavia, ao momento em que a burguesia alcança a hegemonia, no lugar da nobreza feudal, esse “impulso positivo” passa por um recuo, sendo agora de interesse da burguesia, que não mais luta com o proletariado, mas é seu antagonico, obstruir o acesso a essa compreensão acerca do indivíduo e da realidade social.

Agora, o conhecimento fornecido ao proletariado é tão somente suficiente para que garanta a produção e reprodução das relações deste novo modo de produção. Tonet (2013) acentua que esse processo de restrição de conhecimento não é um movimento proposital na perspectiva de conspiração, mas sim na concepção de que os estudiosos do momento compreendem esta realidade, e a reafirmam, por acreditarem que essa é a melhor trajetória para a sociedade, de forma generalizada. E é nesse cenário que o campo das ciências sociais se origina, tanto para atuar na então atual dimensão fragmentada que constitui o indivíduo social, como para explicar esta nova forma de organização societária, que se caracteriza pela compreensão de cada aspecto da realidade social de forma singular, com frágeis conexões entre si, ficando estas conexões a critério do sujeito.

Com o que foi discutido até este ponto, das questões acerca da superação da fragmentação do saber, Tonet (2013) retoma que a gênese deste fenômeno está na divisão social do trabalho que, por sua vez, se originou a partir da propriedade privada. O autor ressalta também que, a perspectiva da realidade moderna, esta se desenvolve a partir da divisão do próprio processo de produção de riqueza do sistema capitalista, e além fazer parte da sua constituição, também se opera em função da sua reprodução. Ele atenta para o fato de não ser aleatório ou coincidência este tipo de organização societária propiciar a exploração do trabalho pelo capital e fomentar a manutenção da hegemonia burguesa, já que é nesta dinâmica de ocultação de um entendimento e visualização como um todo do processo social, dos seres sociais, resultando no estabelecimento de uma percepção apenas da aparência deste processo – alienante – que se mantém reproduzindo este modelo de sociedade que favorece a uma classe dominante, citada anteriormente.

Considerando então essa compreensão da origem e da formação da fragmentação do conhecimento, bem como a forma que essa continua existindo e sendo reproduzida, com base em Tonet (2013), afirma-se aqui que superar esse fenômeno da construção de saber de forma fragmentada não será possível apenas por meio das abordagens no campo da epistemologia e do campo pedagógico, pois sua gênese vai além destes aspectos. A estruturação social vigente é o motor que dá continuidade a esta fragmentação, e enquanto essa forma de sociabilidade for

mantida, a fragmentação do conhecimento será cada vez mais acirrada, já que faz parte das características de fortalecimento da lógica do modo de produção do capitalista que a classe explorada permaneça sob o véu da alienação, reforçando assim, para o que o autor chama de “mistificação do saber”, que continuará a ser perpetuado, mesmo apesar do empenho em sua superação por meio da epistemologia.

Então, qual seria a saída para a superação desta fragmentação do conhecimento? Para Tonet (2013):

Somente a constituição de um mundo que elimine a divisão social do trabalho e, portanto, a separação entre interesse particular e interesse geral, entre trabalho manual e trabalho intelectual, que suprima as classes com seus interesses antagônicos, vale dizer, um mundo que seja uma totalidade humana não cindida, somente neste mundo será possível superar, integralmente, a fragmentação do saber. (TONET, 2013, p. 737).

Em outras palavras, apenas em uma organização societária fundamentada no aspecto da totalidade, onde não haja uma classe social hegemônica, dominante, e uma classe contraposta, explorada e alienada, que será possível a superação concreta da fragmentação do conhecimento.

Mas tal conclusão não significa que não seja possível, nos dias de hoje, desenvolver conhecimento não fragmentado. Tonet (2013) explica que além de ser praticável, é fundamental. Pois, se de um lado o conhecimento fracionado funciona como um dos motores da reprodução dessa atual realidade social, e da hegemonia da classe dominante, do outro lado, um conhecimento voltado para a totalidade, pautado na mediação entre a essência e a aparência, ou na compreensão histórica e social dos fenômenos, permite e proporciona o questionamento e desconstrução da concepção fragmentada dessa realidade. E esse entendimento mais amplo e crítico, em meio a luta da classe trabalhadora, funciona como um aspecto que permite compreender melhor as direções desta luta, e de construí-la por meio da classe como um todo, e não por partes ou grupos isolados, logo, visando a modificação deste mundo baseado na universalidade, e não de uma parte dele, contudo, não numa sociedade capitalista.

Por fim, considerando o que foi dito sobre a complexificação da sociedade, este fato continuará ocorrendo e sendo ampliado, devido aos vários fatores, como a evolução constante das ciências e das descobertas em todos os âmbitos. A humanidade, como um todo, continuará se complexificando e requisitando sempre mais especialidades para responderem as novas demandas que surgirão, mas este aspecto não reflete necessariamente que o conhecimento precise ser fragmentado. Ao momento em que a organização do mundo do trabalho passar a ser estruturada e fundamentada no aspecto da coletividade social, assim como a geração e a divisão das riquezas ocorra de forma universalizada, as classes sociais serão dissolvidas, e esta realidade social dividida em partes isoladas será desconstruída e remoldada, e o conhecimento perderá sua característica mistificada e deixará de servir como aparelho de controle de uma classe dominante.

2.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICULARIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO “PSEUDOCAMPO” INTERDISCIPLINAR

Para refletir sobre o debate acerca da interdisciplinaridade e o trabalho profissional do serviço social, faz-se necessário resgatar os fundamentos da profissão. Segue-se aqui a perspectiva baseada em Iamamoto, de que o Serviço Social é generalista, ou seja, trata-se de um profissional com “formação intelectual e cultural generalista” (IAMAMOTO, 2014, p. 620), que desenvolve trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais estão inseridos em equipes multiprofissionais. Nesse sentido, a ausência da atuação realizada conjuntamente acaba por criar limites ainda maiores do que os já existentes no trabalho cotidiano do(da) assistente social, além de acarretar numa prática profissional institucional isolada.

Dessa maneira, torna-se importante refletir que a perspectiva da totalidade e do singular da vida social perpassa por todas as profissões; sendo essa perspectiva também aquela que elucida o significado da questão social que possui dimensões universais e singulares, que inclusive é o objeto do trabalho profissional.

O trabalho do assistente social é desenvolvido em companhia e de forma compartilhada (mesmo que com limites) com outros profissionais de outras diversas especialidades, e isso se torna um desafio para o serviço social, no sentido de trabalhar discutindo essa totalidade, considerando que essa concepção é necessária para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar.

Após analisarmos as concepções das quais se originaram o termo interdisciplinaridade e a crítica construída a ele, com base em Tonet (2013), de acordo com a reflexão consubstanciada na perspectiva ontológica, parte-se para a reflexão deste elemento no campo ocupacional, resgatando as ideias apontadas por Montaño (2007), de forma a expressar a importância do trabalho profissional do serviço social de forma associada e articulada com outros campos do saber para repensar as múltiplas facetas da questão social.

No tempo contemporâneo, nesse sentido, o campo ocupacional tem apresentado desafios no que se refere ao desenvolvimento de projetos que articulem as áreas, o que denota e indica a importância das mediações necessárias para compreender a dimensão universal e singular frente aos fenômenos sociais.

Carlos Montaño (2007, p. 114), na obra “A natureza do Serviço Social”, constrói uma análise crítica sobre como as perspectivas históricas constantes no Documento de Araxá e no Método de Belo Horizonte reforçam a concepção de uma profissão de viés técnico, em que a teoria é reduzida à sistematização da prática, e afirma que “a separação radical e positivizada entre as disciplinas que produzem conhecimentos científicos e disciplinas que os aplicam na prática [...] constitui a base do que chamamos de praticismo do Serviço Social”. Isso coloca uma reflexão que propõe a superação da perspectiva fragmentada entre ciência e técnica, teoria e prática, e questiona a concepção endogenista da profissão que está consubstanciada na tese de uma “pseudoteoria” do Serviço Social.

Como outra possibilidade de caracterizar o perfil desse profissional, Montaño (2007) recorre a Netto (1996) que define o assistente social como “técnico treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa” ou “intelectual que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social” (Netto, 1996:125-6 *apud* Montaño, 2007, p. 115).

Entretanto, Montaño (2007) ressalta que, quando Netto apresenta tais alternativas, ele não fixa as possibilidades entre o “técnico” e o “intelectual” a alguma dicotomia entre a que aparentemente teria a propriedade do conhecimento analítico e genuíno (academia) e a que, aparentemente, seguiria pelo viés oposto, de face conservadora e simplória (ação em campo). De acordo com Montaño, Netto se refere, na realidade, às variedades de exercício profissional, sendo o técnico (dentro do modelo positivista, desarticulando teoria e prática) e o intelectual (que segue a compreensão crítica-dialética, sob a visão de totalidade do ser social e da sociedade).

Montaño (2007) explica que não busca, dessa forma, incentivar a separação de teoria e prática, mas atentar para a não equalização destes, para que não se caia no entendimento de que todo profissional de Serviço Social precisa, necessariamente, “elaborar conhecimento teórico” (p. 116) para ser crítico. Ele explica que essa lógica apenas reafirma “[...] os moldes metodologistas formais do tipo: pesquisa-diagnóstico-planejamento-execução-avaliação.” (p. 116). Seguir essa lógica não considera as necessidades particulares e igualmente importantes para o desenvolvimento da prática profissional em campo. Montaño (2007) afirma ainda que “Um excelente profissional de campo não tem por que mostrar excelência teórica e vice-versa.” (p. 116). Ele reafirma a importância de não subalternizar o assistente social em campo, em detrimento ao acadêmico, pois essa perspectiva é reproduzida na ideia de que teoria e prática andam separados, e que cada tipo de conhecimento (teórico e situacional) tem a sua importância, bem como suas próprias atribuições e espaços de desenvolvimento, no exercício do Serviço Social.

Como forma de ilustrar tal ideia defendida, o autor explica que na prática em campo, o assistente social não tem muitos meios e necessidades de produzir conhecimento científico, mas precisa apreender e se fundamentar nesse arsenal teórico para construir o conhecimento situacional. E esse processo em si, sob uma visão de totalidade, esse conhecimento situacional ou a própria sistematização da prática também serve como formas de produção de conhecimento e apreensão da realidade, demonstrando que um não é subalterno ao outro, mas se complementam.

Outro ponto relevante, trazido e analisado por Montaño (2007) é referente a busca contínua, que ele diz ser bastante presente nas discussões sobre o trabalho profissional do Serviço Social, da “especificidade” da profissão. Em relação ao que seria essa característica, de acordo com o autor, tal “especificidade” se refere ao que diferencia o serviço social das várias disciplinas sociais existentes, seria a procura pelo seu próprio “estatuto teórico” (Idem, p. 118). Ele traz ainda que – para essa corrente ideológica – outro elemento posto na linha de questionamento remete também as consequências de que a falta de elementos exclusivos da profissão (que o autor exemplifica como “saber específico”, “campo específico de atuação”, “objetivos exclusivos” (Ibid.: p. 119), entre outros) não dariam motivos para a sua existência ou, por outro lado, estaria frágil e indefesa diante de outras profissões que, porventura, compartilhem dessa compreensão acerca do Serviço Social. O autor critica essa linha de pensamento e afirma que essa corrente reforça a concepção endogenista da profissão.

Para tratar das considerações relacionadas a tais concepções acerca da profissão, considera-se, então, a análise cuidadosa desenvolvida por Montaño (2007). Ele pontua que não é possível desenvolver um método de intervenção exclusivo, e único para todos(as) os(as) profissionais de serviço social, e para todas as realidades, já que a realidade em si não é inerte, mas sim, mutável, além de diversa, bem como os elementos que a estruturam e os indivíduos que a vivenciam. Ele também traz que:

O assistente social é um profissional que, partindo de conhecimentos históricos, sociológicos, econômicos, estatísticos, demográficos, psicológicos, jurídicos, antropológicos, de administração etc., tem como campo de ação (teórico e/ou prático) a “questão social” nas suas diversas manifestações, intervindo, quando é o caso, por meio fundamentalmente, de um instrumento peculiar: a política social. Compartem, assim, o campo de pesquisa e de intervenção com outros profissionais — sociólogos, terapeutas familiares, educadores, psicólogos sociais, economistas etc. —, cada um deles intervindo (interdisciplinarmente ou não) de acordo com sua qualificação e das duas aptidões. (MONTAÑO, 2007, p. 146).

Em outras palavras, o assistente social utiliza os conhecimentos desenvolvidos por diversas áreas, que também atuam perante os diversos

elementos da vida social, de forma interdisciplinar ou não, para atuar nas manifestações da questão social, principalmente através das políticas sociais. Considerando que o objeto social de estudo, pesquisa e intervenção profissional está posto na realidade de forma concreta e determinada historicamente, as perspectivas fragmentadas de conhecimento sobre tal objeto são construídas, institucionalmente. De forma contrária, na concepção ontológica, o objeto se realiza e é concebido, conforme o fundamento marxiano, na totalidade social. É no processo de divisão social do trabalho na sociedade burguesa de produção capitalista, que a fragmentação e especificação dos campos disciplinares e científicos avançam proporções infinitas.

Montaño (2007) pontua que, dentro da organização sociotécnica do trabalho, desde o início da profissão de Serviço Social, sua posição nesse processo tanto sofre limitações em sua atuação interventiva, que ele afirma ser devido à ancestralidade de posição de subalternidade, quanto permite algum afastamento, que possibilita um olhar crítico e mais atento para reconhecer as demandas sociais postas (nos seus diversos níveis de aparência), analisar e traçar meios de enfrentamento para, por fim e objetivo central, efetivar a atuação em campo, construída fundamentada nos elementos preliminares.

Então, chega-se a um dos pontos centrais da crítica pretendida aqui e apresentada por Montaño (2007). O autor frisa que, nos debates relativos ao serviço social, a “prática de campo” é o único elemento considerado específico da profissão. No caso, deixando a parte da pesquisa, da análise da realidade e a construção das bases políticas que a permeiam para os “cientistas” e “políticos”, atribuindo ao assistente social apenas a dimensão operativa. Ele complementa atentando ao fato de que nenhuma profissão exige, de todo e qualquer profissional de tal especialidade, a dominação e realização de todas as etapas que componha esse fazer profissional, como por vezes tal cobrança ocorre com o Serviço Social, mas sim, que todos precisam ter informações prévias e clareza da realidade na qual atuarão, assim como alguma apreensão de conhecimento das suas bases teóricas e práticas de trabalho. Em outras palavras, o autor explica que:

O Serviço Social deve reconhecer como prática profissional não apenas aquilo cujo processo completo é realizado pelo mesmo indivíduo. O processo deve ser desenvolvido pela profissão como um todo e não necessariamente por cada profissional particular. Não deve se desprezar a atividade do “profissional de campo” por considerá-la limitada teoricamente, nem deve se deslegitimar as elaborações teóricas de um “profissional acadêmico” acusando-o de não estar sustentada na experiência prática. Este mútuo enfrentamento trouxe experiências nocivas ao Serviço Social, reproduzindo a lógica positivista da sua gênese, onde a produção de conhecimento é questão das “ciências” e ao assistente social corresponde a aplicação deles na prática. (MONTAÑO, 2007, p. 151-152).

Por fim, referente ao conhecimento científico, Montaño (2007, p. 153) esclarece que “[...] o saber científico não é de propriedade nem especificidade de certas profissões.”. Não há uma profissão dona do conhecimento científico. De acordo com o autor, as profissões das ciências sociais utilizam e compartilham um saber coletivo. Cada um das profissões utilizam e contribuem em algum nível para a construção da “teoria sobre o social” (Idem: p. 153). Nessa lógica, ele afirma que não existe uma teoria do serviço social, mas uma teoria social, ou da sociedade. O que pode haver próprio da profissão é determinado saber instrumental e o que o autor chama de “diagnóstico profissional”, que servirão de base para atuar na variedade de situações e realidades resultantes dos desdobramentos da questão social e de acordo com Montaño (2007), estas fazem parte das “particularidades” da profissão, e não as “especificidades”, que ele defende não haver.

E por fim, o autor frisa, desta forma, a compreensão central de que não se deve pressupor que a concepção de não haver uma “especificidade” nulifica ou invalida o serviço social. Montaño (2007) explica que a profissão é legitimada não através de uma especificidade hipotética, mas sim, por meio de sua atuação nos âmbitos socioeconômico e político, que ele lembra não lhe ser singular ou específico, todavia também característico.

Dentre os objetivos dessa pesquisa, um ponto fundamental a ser ressaltado é de que o serviço social desenvolve o trabalho profissional a partir de sistemas de mediações para compreender os fenômenos sociais em suas dimensões da universalidade, singularidade e particularidade. Nesse sentido, trata-se de um

profissional cuja formação de cultura generalista crítica cujos fundamentos previstos no projeto ético-político exige uma atuação pautada na perspectiva da totalidade.

3. O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ÁREA DE SAÚDE

A interdisciplinaridade parece ser um dos temas mais desafiadores para debate no campo sócio-ocupacional, seja qual for a área: saúde, educação, assistência, gestão, etc.

Em busca de construir um debate fundamentado em tal linha de pensamento, será desenvolvida, ao decorrer deste subcapítulo, uma breve explanação conceitual acerca do objeto da profissão, das normas regulatórias do Serviço Social, seguida de uma análise de um levantamento documental sobre as legislações respectivas, de modo a apresentar algumas bases do projeto ético-político que norteia a profissão, aqui utilizadas como suporte para a análise proposta, considerando a atuação no campo da saúde. Nos dois tópicos seguintes, serão apresentadas situações derivadas da experiência vivenciada em campo por meio do estágio curricular obrigatório em uma instituição pública de saúde durante os três semestres de 2014.2 à 2015.2, com o objetivo de ilustrar o debate proposto, e em seguida, será desenvolvida a reflexão final, com base nas ideias dos autores utilizados ao decorrer deste trabalho, com foco na discussão sobre o trabalho interdisciplinar nos campos ocupacionais onde a atuação do serviço social está inserida. Em outras palavras, será buscado refletir acerca da relação entre a prática interdisciplinar e o trabalho profissional do/as assistentes sociais, por meio da análise da sua inserção em equipes multiprofissionais de saúde, objetivando uma busca pela compreensão crítica deste elemento no atual contexto do mundo do trabalho, especificamente do serviço social.

Sendo assim, considerando que o objeto de atuação do profissional de serviço social são as manifestações da questão social, o conceito de “questão social” aqui utilizado é com base na compreensão marxista da autora Marilda lamamoto. Sobre a definição de tal objeto, a autora traz:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como

classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO, 1995, p. 77).

E complementa:

O que merece ser marcado é que a evolução da questão social apresenta duas faces, indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado. (IAMAMOTO, 1995, p. 79).

Dessa forma, parte-se do conceito de que o assistente social trabalha com as relações sociais, bem como seus impactos e resultados, que perpassam a vida da classe trabalhadora no contexto de produção e reprodução da exploração inerente ao sistema capitalista, o que implica também tratar das contradições e desigualdades sociais resultantes da dinâmica desse modelo financeiro e como afetam a vida dessa população.

Em relação aos marcos regulatórios do serviço social, a Lei que regulamenta a profissão, Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, garante e protege as regras legais para atuação dos assistentes sociais, bem como as atribuições privativas destes profissionais, e a legitimidade do Código de Ética Profissional. Tomando por suporte teórico o documento “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde”, publicado por meio *online* pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2010), para que se possa compreender a relação entre saúde e serviço social, é preciso levar em consideração as mudanças ocorridas na profissão a partir de 1980, a década que é também um marco para esta classe, pois foi o período no qual ocorreu o Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil. Em relação à década de 1990, os avanços alcançados pela categoria profissional foram insatisfatórios, e a desarticulação permanece entre os profissionais dos diversos setores nos quais estão inseridos. É comentado também que foi o “[...] período de implementação e êxito ideológico do projeto neoliberal no país [...]” (CFESS, 2010,

p. 16). É o momento em que novas demandas surgem para o Serviço Social. O texto aponta também que:

O projeto privatista vem requisitando ao assistente social, entre outras demandas, a seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo por meio da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais.(CFESS, 2010, p. 26).

Em contrapartida ao projeto privatista, o da reforma sanitária demanda que o profissional de Serviço Social atue em questões que, anterior a este período, não eram de fato sua competência: “[...] democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático às informações e estímulo à participação popular [...]” (CFESS, 2010, p. 26).

Ainda de acordo com o documento do CFESS, a relação existente entre o projeto ético-político e o projeto da reforma sanitária se encontra no fato de ambos terem sido desenvolvidos em meio a redemocratização da sociedade, e de terem se firmado nos anos de 1980. A rivalidade que existia no passado entre o projeto da reforma sanitária e o projeto privatista se faz presente até o momento atual, tendo o governo como provedor da manutenção de tal disputa, promovendo suporte ora para um, ora para outro, mas de fato, sempre reforçando o projeto privatista.

O documento traz também que no âmbito da saúde, uma grande marca continua – a execução do projeto da Reforma Sanitária – tendo em vista que ele possui uma relação com o projeto ético-político dos profissionais de Serviço Social, e frisa que a importância do reconhecimento dos obstáculos presentes deve ser a principal inquietação, frente à execução desses projetos.

No documento elaborado pelo CFESS (2010), é elucidado que não há receita para o desenvolvimento de um projeto democrático, e que o envolvimento com a busca pela sua efetivação não deve ser exclusivo ao Serviço Social. Entretanto, também é preciso ter em vista que é necessário manter a classe fortalecida perante

os impasses apresentados e não ignorar as várias atividades alternativas e os demais caminhos disponíveis a serem desenvolvidos por assistentes sociais.

Segundo o documento publicado pelo CFESS (2010):

Os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. [...] Importante destacar que esses eixos não devem ser compreendidos de forma segmentada, mas articulados dentro de uma concepção de totalidade. (CFESS, 2010, p. 41).

Ou seja, os eixos apontados pelo documento, nos quais o assistente social está inserido, não devem ser trabalhados separadamente, mas sim, todos interligados. Todavia, a burocracia fortemente presente tanto nos âmbitos da gestão de instituições públicas quanto das privadas “engessa” este profissional, demonstrando assim, a necessidade do enfrentamento, do reforçamento e da concretização de sua relativa autonomia. Esta burocracia tende, também, a tornar o trabalho do assistente social tecnicista e imediatista, induzindo-o a responder demandas construídas sobre realidades mais complexas de forma fragmentada e isolada da totalidade social. Conforme elucida e critica Pontes (2002), sistemas de mediações devem ser construídos para compreender os fenômenos sociais para além de suas aparências.

Os avanços conquistados foram muito importantes e fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão. Seu papel na saúde é extremamente relevante. É necessário compreender que a função do assistente social no âmbito da saúde não se restringe à execução de ordens, protocolos institucionais ou projetos, mas também abrange o planejamento e gestão, em vista da análise da realidade que a população se encontra. Em outras palavras, o trabalho do profissional de serviço social é muito mais amplo do que apenas executar ações técnicas.

Entretanto é possível observar, no cotidiano profissional, até onde é possível as atividades exercidas por assistentes sociais no campo da saúde, evidente a necessidade de uma ampliação do espaço destes profissionais nas instituições de

saúde para que dessa forma a classe se fortaleça ainda mais, possibilitando que sua inserção nestes campos seja cada vez mais demarcados, expandidos e articulados.

Seguindo para o trabalho profissional na perspectiva da interdisciplinaridade, Santos (2005) pontua que, no que se refere às particularidades de cada área de profissão, é possível observar que a interdisciplinaridade possibilita que aspectos e/ou meios ainda não vistos, conhecidos, utilizados, possam ser obtidos a partir de determinada prática desenvolvida para o trato de determinado objeto ou objetivo, o que resulta no desenvolvimento de uma prática plural e profunda em busca de construir saídas a demandas postas. Parte-se então da concepção de que a interdisciplinaridade no âmbito da produção de conhecimento, ao dispensar a completa fragmentação (historicamente reproduzida) das disciplinas, deve possibilitar o estabelecimento de uma visão integral e abrangente, e a construção de uma compreensão crítica da realidade posta. Toma-se estes, também, como pressupostos no âmbito da prática profissional. (ELY, 2003).

Santos (2005) ressalta que dentro do serviço social, a interdisciplinaridade possui estreita ligação com a prática profissional no espaço organizacional, no que se refere às competências, encargos e estratégias de atuação. O assistente social atua constantemente em contato com outras profissões/ áreas de conhecimento, e esta dinâmica tem grande relevância, considerando que para este profissional, o isolamento é um fator extremamente negativo, já que afeta de forma danosa no aspecto da dimensão e alcance da ação social.

Tal perspectiva é corroborada com o que estabelece o Código de Ética do/a assistente social, no Capítulo III “Das Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais”, art. 10 “São deveres do/a assistente social: [...] d- incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;” (BRASIL, 2012, p. 32-33). Entretanto, sempre respeitando os limites éticos de cada profissão envolvida.

A autora Fabiana Regina Ely (2003) traz ainda que a existência de equipes de trabalho é o elemento fundamental e indispensável para a existência da interdisciplinaridade no âmbito profissional, devendo ser formadas por diferentes competências que se relacionam ativamente, trocando conhecimentos, baseados em mesmos propósitos de forma independente, coerente e colaborativa.

As atividades realizadas de forma multiprofissionais, para obterem resultados positivos, de modo que proporcionem uma prática profissional plural, mantendo a igualdade entre as profissões, precisam manter o espaço de cultivo constante de construção de conhecimento, ressaltando que o desenvolvimento de intervenções plurais e equitativas são fundamentos importantes no trabalho profissional do serviço social. (Santos, 2005).

A prática interdisciplinar no trabalho profissional do assistente social pode acontecer em diversos campos de atuação, como, por exemplo, na saúde, na educação, na assistência, enfim. Não há uma limitação em relação ao campo em si, mas para que essa forma de atuação se desenvolva, depende de diversos fatores. Então, como seria possível o trabalho interdisciplinar, se considerarmos o viés crítico, a partir da discussão ontológica que concebe tal abordagem como uma perspectiva superficial? Tomando esse questionamento como um aspecto problemático, ou no mínimo, como um aspecto que põe em risco a abordagem interdisciplinar, avaliar-se-á como isso aparece no campo sócio-ocupacional do trabalho do Serviço Social.

3.1 NEM A INTERDISCIPLINARIDADE, NEM A TOTALIDADE DO SER SOCIAL NO ESPAÇO OCUPACIONAL: QUAIS AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL?

Inicia-se esse subcapítulo com as perguntas que surgem no cotidiano profissional observado: o profissional de serviço social encontra dificuldades que obstaculizam tanto o trabalho interdisciplinar como a atuação a partir de uma perspectiva da totalidade do ser social? Mas, por que motivo isso ocorre? Quais são os fatores determinantes que repercutem a intervenção praxiológica, ou em poucas palavras, na necessidade da interação entre a teoria e a prática, a partir da totalidade do ser social?

As relações ideopolíticas estabelecidas na sociedade pós-moderna que socializam a fragmentação dos fenômenos sociais é um fator a ser considerado na busca por tais respostas.

Em relação ao cotidiano profissional do serviço social, Santos (2005) salienta que diversos fatores impactam no trabalho do assistente social, como a exemplo, questões de cunho econômico, cultural, histórico, ou até mesmo referente às conjunturas do Estado e da sociedade civil. Tais demandas requerem deste profissional, tanto uma ampla e aprofundada compreensão da realidade posta, dentro da qual atuará, como dos próprios contextos que envolvem a profissão. A autora considera, então, que é fundamental que este profissional desenvolva seu trabalho de forma crítica, comprometido com o que é proposto no Código de Ética da profissão, nas políticas e direitos garantidos por leis, entre outras normas, diretrizes e parâmetros legais, se atentando à dinâmica da realidade da sociedade, que não é estática, mas muito pelo contrário, está em constante movimento.

Ainda com base em Santos (2005), essa ponderação sob a perspectiva de uma visão crítica da realidade social posta, e da própria atuação profissional (dos aspectos teórico-práticos), juntamente a um conhecimento mais profundo dos objetivos da instituição na qual está inserido, impactam na delimitação da autonomia que esse assistente social terá, exigindo desenvolvimento de estratégias, reconhecimento de possibilidades de intervenções que se encaixem nas premissas dos seus posicionamentos, e nos previstos pelo espaço de atuação profissional, da forma mais ética e efetiva possível, no atendimento as demandas do usuário.

Desta forma, pensando no ambiente hospitalar e nas perspectivas postas anteriormente, fundamentado em Santos (2005), os indivíduos atendidos, geralmente como pacientes, são, de forma majoritária, acompanhados por profissionais de diversas áreas. Logo, decisões diversas sobre os meios de buscar responder as necessidades (físicas, psíquicas, sociais, etc.) são tratadas, quase que simultaneamente, por esse leque de profissionais que precisam intervir com algum alinhamento de ações.

Santos (2005) ressalta ainda a relevância em se discutir “[...] o papel e a participação efetiva das diferentes posições.” (Ibid., p. 4), considerando essa realidade de atendimento, que propiciou e necessitou a elevação do número de

equipes multidisciplinares nas instituições de saúde de forma que o atendimento a esta pessoa alcance para além da relação saúde x doença, englobando a complexidade de fatores que influenciam nessa relação aparentemente simples e objetiva. E esta compreensão e tratamento ampliados requisitam uma relação interdisciplinar das ações desenvolvidas para/com essa pessoa. Este seria o tratamento ideal, no sentido da abordagem que abrange e interliga a variedade de conhecimentos, culturas e posições éticas e políticas, dos diferentes profissionais envolvidos, como visa a proposta da interdisciplinaridade apresentada no subcapítulo 2.1. De acordo com a autora, esta realidade (ideal) resultaria na criação de novos contextos de construção de saberes, de práticas e posicionamentos. Porém, na realidade posta, a atuação interdisciplinar depende de diversos elementos, dentre eles, a crença ou percepção dos profissionais em exercê-la – que é bastante variável – deixando este conceito ainda no campo do ideal, do requerível, em um certo nível do abstrato.

Refletir o trabalho interdisciplinar requer tratar do trabalho em si. Os dois debates estão interligados, na medida em que um é associado a outro. Apesar de o foco deste trabalho ser a discussão da interdisciplinaridade no trabalho profissional do serviço social, busca-se também levantar uma breve análise referente ao cenário estrutural do contexto já apresentado nos tópicos anteriores, de forma a observar esta realidade sob a concepção desta posta de forma fragmentada é também funcional, pois é uma realidade necessária ao movimento do capital flexível. E um fator bastante presente no trabalho do assistente social (e da classe trabalhadora, em geral), dentro dessa dinâmica de acumulação do capital é a precarização.

A reflexão sobre a precarização no mundo do trabalho para o assistente social enquanto classe trabalhadora aqui apresentada amparou-se nas problematizações trazidas por Raquel Raichelis (2011). A autora faz uma retomada histórica das posições no qual o Serviço Social ocupou ao decorrer das mudanças do sistema capitalista no Brasil, apontando que na relação entre o sistema capitalista e o mundo do trabalho, as mudanças do primeiro impactam diretamente no segundo:

Desde a eclosão da crise mundial do capitalismo de base fordista, em meados dos anos de 1970, a *questão social* vem assumindo novas configurações e manifestações, pela sua estreita relação com

as transformações operadas no “mundo do trabalho”, em suas formas de organização, regulação e gestão, e com as redefinições no âmbito do Estado e das políticas Públicas (RAICHELIS, 2011, p. 421).

A flexibilização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores foi e é um fator importantíssimo no acirramento da precarização das condições de vida dos trabalhadores. E, apesar desta precarização ser tratada como um novo evento, o que é um equívoco, levando em conta que esse fenômeno – uma das manifestações da questão social – está presente na realidade da classe trabalhadora desde os primórdios do sistema capitalista; ela apenas vem se reconfigurando junto às mudanças nos contextos socioeconômicos no decorrer das últimas décadas, no contexto da globalização. (DRUCK, 2011).

Apesar de o profissional de Serviço Social desenvolver o seu trabalho, no que se refere às relações sociais, a partir das consequências geradas da dinâmica de produção e reprodução da exploração, bem como a realidade de desigualdade de classes inerentes ao modo de produção capitalista, ele também está inserido nesta classe explorada; e os seus serviços tanto respondem às demandas dos trabalhadores, quanto aos empregadores. Entretanto, é importante frisar que o compromisso do Serviço Social é com os trabalhadores e suas demandas (GUERRA, 2000), como é previsto no Projeto Ético Político e no Código de Ética dos assistentes sociais. Esta dinâmica tem por consequência a vulnerabilidade do assistente social em relação às formas de flexibilização do trabalho e dos direitos, que vão desde vínculos empregatícios frágeis às manobras das instituições para extraírem o máximo possível de mais valia, ou seja, o assistente social também é um profissional que está submetido essa dinâmica de exploração do lucro.

A autora Graça Druck (2000) aponta que o trabalho é a capacidade humana de transformar a natureza e ser transformado por ela, em busca de criar e produzir com o objetivo de satisfazer suas necessidades de sobrevivência. A autora explica que o trabalho é histórico, devido ao fato de vir assumindo diversas configurações ao decorrer da história da humanidade. Ela traz que, para compreender a exploração do trabalho na sociedade capitalista é necessário ultrapassar a ideia de que trabalho assalariado se caracteriza apenas pela dinâmica de compra e de venda

da força de trabalho. Baseada em Marx, aponta duas formas em como o trabalho se divide no processo de apoderamento desta força de trabalho: o intelectual – desenvolvido pelos que comandam, e o trabalho manual – desenvolvido pelos que obedecem.

Nesse sentido, é preciso abrir um parêntese para refletir que tais determinações estruturais influenciam nas condições de trabalho do profissional, na proporção em que a precarização social do trabalho limita as possibilidades de construção de espaços coletivos de debates multiprofissionais e estudos de casos, considerando que a crescente demanda de pacientes frente a reduzida equipe profissional condiciona a prioridade institucional para a “polêmica” do trabalho interdisciplinar.

Retornando a Guerra (2000), a autora reflete sobre os espaços sócio-ocupacionais (como em qualquer profissão), que são criados pela presença de demandas sociais, e no decorrer da história, o serviço social alcança seu espaço no momento que o Estado interfere de forma sistemática nas manifestações da questão social por meio das políticas sociais.

Com base no que foi refletido, discutido e levantado ao decorrer deste trabalho acadêmico, retorna-se, então, ao questionamento proposto nesse subcapítulo: quais as possibilidades do trabalho profissional do Serviço Social e os desafios da interdisciplinaridade?

No solo profissional, analisando a realidade contemporânea posta, observa-se que não acontece nem a interdisciplinaridade nem a visão da totalidade no trabalho profissional em equipes multiprofissionais. Visão de totalidade no sentido da perspectiva de trabalho profissional com fulcro na totalidade do ser social. E isso ocorre justamente pela macroestrutura na qual estão todos inseridos. A estrutura do sistema capitalista, com seu modo de acumulação próprio, alienante, de produção e reprodução da exploração e das desigualdades, fomenta essa realidade que não permite o ser social ser visto em totalidade, mas sim, de forma fragmentada.

Sendo assim, quais as possibilidades de efetivar isso, se essa macroestrutura não possibilita um solo favorável? O principal desafio é, justamente, nesse sentido. Falar dessa macroestrutura que fomenta elementos que são obstáculos para

trabalhar com essa visão de totalidade do ser social: obstáculos como a ofensiva neoliberal e as formas de expressão da precarização social do trabalho. Nesse sentido, é importante pensar que existem as determinações institucionais que prendem e amarram o serviço social, e dessa forma não fica somente difícil desenvolver o trabalho, mas também o trabalho interdisciplinar com os outros profissionais, compartilhando os saberes no sentido ideal do conceito.

Considerando toda essa dinâmica e a realidade atual, socialmente construída e permeada por aspectos econômicos, sociais, políticos, históricos, etc., seria difícil que a instituição entenda a importância da saúde enquanto saúde coletiva – numa perspectiva totalizada –, e compreenda que o ser social atende a essas diversas dimensões.

A interdisciplinaridade é um desafio a ser enfrentado e construído frente às limitações postas pela conjuntura contemporânea de um capitalismo que fragmenta e evidencia a parte pelo todo, que põe em cena as expressões da questão social isoladas das determinações históricas. Entretanto, desafio maior é construir espaços de discussões com a sociedade que possibilite uma perspectiva interdisciplinar capaz de elaborar sistemas de mediações para compreender os fenômenos sociais em sua integralidade, postos na concreta realidade social.

É importante destacar que, com base nas reflexões feitas ao decorrer dos capítulos 2 e 3, apesar de esta perspectiva de trabalho interdisciplinar, articulado e totalizante não se efetivar na atual conjuntura do mundo do trabalho, não significa que não existam tentativas. E a legitimidade e importância destas tentativas não devem ser diminuídas, pois é a partir delas, e dos impactos que elas geram, que essa atuação interdisciplinar – ideal – vai se construindo e talvez, num futuro que não é possível prever, de alguma forma ela seja atingida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o trabalho profissional do Serviço Social e a interdisciplinaridade, em especial na saúde, se mostrou ser um tema vasto, complexo, porém, ainda pouco explorado. A dificuldade em encontrar bibliografias voltadas para esta especificidade dentro do mundo do trabalho (interdisciplinar) se mostrou um obstáculo para a realização dessa pesquisa, mas não o suficiente para impedir o desenvolvimento da pesquisa pretendida.

As discussões pretendidas e realizadas, em toda sua amplitude, não poderiam ser esgotadas aqui ou em qualquer obra única. Discutir a interdisciplinaridade no campo do trabalho do Serviço Social é uma tarefa a ser construída de forma processual e histórica pois, como já dito, a realidade social é dinâmica, e essa característica impacta diretamente nas reflexões referentes a tais concepções. Impacta também nas formas que a questão social se expressa ao decorrer da história, surgindo novas demandas, modificando as existentes. Um constante “vir-a-ser” ou *devir*.

Considerando as proposições de Tonet (2013), a interdisciplinaridade pode ter uma concepção um tanto quanto superficial no que propõe e como é aplicada institucionalmente. O ideal, para uma ação profissional ampla, seria partir de uma concepção mais ontológica, totalizada, da realidade atual. Entretanto, dentro da instituição de saúde pública na qual o desenvolvimento deste estudo foi centrado, as relações de trabalho se expressam rotuladas de interdisciplinares, ainda que ocorram numa dinâmica de, na maioria das vezes, sobreposição de práticas de diferentes áreas e profissões.

A partir das pesquisas e análises realizadas ao longo desse texto, é importante ressaltar a importância de compreender o fenômeno tanto no seu caráter particular quando geral, pois os fenômenos sociais são compostos por essas duas dimensões. A interdisciplinaridade como está posta no cotidiano profissional na atualidade, como a junção de diversos profissionais que trabalham juntos em equipes multiprofissionais, e em algum momento se articulam para o atendimento de um indivíduo, impacta de forma limitadora na visualização desse usuário em sua

particularidade, abrangendo a singularidade e a totalidade que condicionam a vida social.

Sendo assim, buscou-se, ao decorrer deste trabalho, construir uma crítica, fundamentada nos autores apresentados, acerca da perspectiva da interdisciplinaridade que visa unicamente a sobreposição de saberes, concepção essa, bastante difundida institucionalmente na atualidade.

Faz-se necessário ressaltar aqui que a posição tomada em relação a interdisciplinaridade não é a de definir se ela é uma saída boa ou ruim. Busca-se aqui defender que a interdisciplinaridade é uma saída, porém, não é a única, além de não ser necessariamente a melhor. É importante que se observe e analise o contexto para além do processo superficial de fragmentação – interdisciplinaridade, mas sim, compreender os elementos que embasam esse processo, assim como os elementos que o constitui historicamente. Como foi discutido por autores apresentados, para o “problema” da fragmentação do conhecimento, a interdisciplinaridade é uma resposta que demonstra resultados a curto prazo, mas se faz necessário compreender que as questões que envolvem essa fragmentação vão além do que está posto na superficialidade.

Desta forma, a proposição desenvolvida ao final desta pesquisa constitui na necessidade de se conhecer o objeto (o trabalho interdisciplinar com o assistente social na saúde) na sua integralidade, diferente da concepção de interdisciplinaridade apresentada no início desse trabalho. É preciso adotar a perspectiva de totalidade na efetivação desse trabalho interdisciplinar, para que essa intervenção atenda as necessidades das demandas do objeto social, das expressões da questão social postas no cotidiano dos assistentes sociais além da saúde, mas nos diversos espaços de atuação, considerando não só, mas também, sua particularidade, singularidade e totalidade.

REFERENCIAS

AIUB, Monica. **Interdisciplinaridade: da origem à atualidade**. O mundo da Saúde. São Paulo: 2006; jan/mar 30 (1): 107 – 116. Disponível em: <http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/34/interdisciplinaridade.pdf>. Acessado em: 06 mai. 2016.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10º ed. Revisada e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 pgs.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); Grupo de Trabalho “Serviço Social na Saúde”. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>.

DRUCK, Graça. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na Sociedade Capitalista. *in* **DSS e Economia Solidária – Debate Conceitual e Relatos de Experiências**. Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste. Recife: 2000. p. 11-23.

_____. **TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS**: novos e velhos desafios? Caderno CRH. Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57. 2011.

ELY, Fabiana Regina. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. KATÁLYSIS: Forianópolis/SC. 2003. v. 6 ri. 1 Jan./Jun. p. 113-117.

FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Sao Paulo: Editora Papirus, 1997.

_____. (org.). **O Que é Interdisciplinaridade?**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Ícaro Argolo. **O REUNI e o sentido de interdisciplinaridade na Universidade: formação e seleção docente** / Ícaro Argolo Ferreira. - 2014. 104 f.: il. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Boccia. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2014.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB: Brasília/DF, 2000. 16 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10º ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 5º ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARX Karl. O fetichismo da mercadoria: seu segredo. *In O Capital*. Crítica da Economia Política. 31 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.1, parte primeira, cap. 1, seção D. p. 92 – 106.

MINAYO, M. C.S. **Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido**. Medicina, Ribeirão Preto, v. 24. n.2. p. 70 – 77. abr./ jun. 1991.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Jeanne Sawaya, Catarina Eleonora F. da Silva. 12.ed. São Paulo; Brasília/DF: Cortez: UNESCO, 2001.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Cidade do Porto, Portugal. 12 à 14 de novembro de 2003. 18 p. Disponível em: <http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia_interdisciplinaridade.pdf>. Acessado em: 04 mai. 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social & Sociedade - nº 107. São Paulo: Jul/Set, 2011. p. 420 – 437. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>>.

SANTOS, Nadja Maria Codá dos. **Interdisciplinaridade: entre o desejo e a prática dos profissionais do transplante cardíaco no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia**. 2005. Disponível em:

<http://cettrans.com.br/artigos/Nadja_Maria_Coda_dos_Santos.pdf>. Acessado em: 05 fev. 2016.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 115, p. 725-742, out./dez. 2013.

YARED, Ivone. **O que é interdisciplinaridade**. In: FAZENDA, Ivani (org). O Que é interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008. p. 161-166.